



Anais da Assembléia

Nºs 47 e 48

CURITIBA, 13 E 14 DE MAIO DE 1976.

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 68ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA)
REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 1976

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, secretaria pelos Senhores Deputados David Federmann e Luiz Carlos Zuk.

Às 14 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Gabriel Sampaio, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (40); achando-se ausentes os Senhores Deputados Paulo Camargo, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Deni Schwartz, Fabiano Braga Cortes, Ivan Rüppel, José Domingos Scarpelini, Lázaro Dumont, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Werner Wanderer (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel). Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 39/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 66/76, que aprova o termo de convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Cruzeiro do Oeste, objetivando execução de reparos no prédio destinado às instalações da sede do 7º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Paraná, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 40/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 72/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Matelândia, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Euclides da Cunha, Grupo Escolar D. Pedro II, Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 69ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 1976

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, secretariada pelos Srs. Deputados Accioly Neto e Maurício Fruet.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados, Gabriel Sampaio, Fidelcino Tolentino, Maurício Fruet, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo e Wilson Fortes (29); achando-se ausentes os Srs. Deputados Paulo Camargo, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Lázaro Dumont, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (25).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel, solicitando arquivamento do Projeto de Lei nº 54/76.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer, na forma regimental, a inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido ontem, de D. JURACY DE OLIVEIRA E SILVA, tronco de tradicional família, neste Estado, de quem são filhos a Sra. ELCY DA SILVA BATISTA, servidora desta Assembleia Legislativa, e o ex-Deputado Estadual, ex-Senador e ex-Ministro do Trabalho AMAURY DE OLIVEIRA E SILVA, para os quais se pede seja dado ciência da decisão do Plenário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1976.

(a) ACCIOLY NETO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos do dia de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido no dia de ontem da Sra. Juraci Silva, genitora do ex-Deputado e ex-senador Amaury Silva e de Elcy Silva Batista funcionária deste

Poder Legislativo.

Requer, outrossim, seja dado ciência do teor deste à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1976.

(a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja inserido voto de congratulações ao notável artista paranaense JEFFERSON CESAR, pela inauguração de sua "Retrospectiva de Pintura" — Desenho e Escultura, acontecida ontem dia 12, às 21,00 horas.

Requer outrossim, aprovado este requerimento dê-se ciência da Casa ao ilustre coestadano.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1976.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja oficiado aos Excelentíssimos Senhores NOEL LOBO GUIMARÃES, Secretário de Estado do Interior e RENATO ANTONIO JOHNSON, Presidente da TELEPAR, para que se proceda o estudo da ampliação e implantação da rede telefônica nos municípios de Porecatu; Centenário do Sul — distrito de Nossa Senhora da Candelária; Lupionópolis — distrito de Maira, Miraselva — distrito de Vila Prado; Catanduvas — distritos de Iberia, Ibiracema e Três Barras; Corbélia — distritos da Anahy, Braganey, Iguatu, Longuinópolis, Penha, Ouro Verde e Samalia; Nova Aurora — distritos de Marajó e Palmitópolis; Formosa — distritos de Icaraja e Iracema; e Matelândia — distrito de Ramilândia, tendo em vista que muitos dos Distritos mencionados são maiores que muitos municípios do Estado do Paraná e alguns deles, necessitam sejam implantados mais de 200 aparelhos. Solicita outrossim, seja dado ciência à Casa e aos Senhores Prefeitos dos Municípios mencionados, do resultado do estudo ora solicitado.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1976.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, solicita de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, seja enviado "telex" ao Sr. Tenente Brigadeiro Sylvio Gomes Pires, Diretor do Departamento de Aviação Civil, do Ministério da Aeronáutica, nos seguintes termos:

"A Assembléia Legislativa do Paraná formula Vossa Senhoria apelo sentido ser determinado restabelecimento linha Aérea regular Curitiba-Londrina. Suspensão desse meio comunicação ocasionou sérios transtornos, reclamações população inconformada. Londrina cidade polo região norte mais de milhão habitantes não pode prescindir rápida comunicação Capital Estado distância trezentos cinquenta quilômetros. Esta Casa confia novo exame assunto trará solução manutenção linha suspensão, atendimento altos interesse Estado".

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

Será feita em Plenário.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel). Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesta tribuna estamos hoje, para nos parabenizar com os nossos irmãos, por esta data, 13 de Maio, data em que a Princesa Isabel libertou aqueles nossos irmãos que sofriam, neste País, a escravidão. É uma data oportuna para nos parabenizarmos, neste instante, pela libertação de nossos irmãos de raça negra; quando tiveram a liberdade de todos os filhos de Deus, de todos os cristãos.

Nesta oportunidade, queremos também, com a devida vênia e com todo o respeito, enviar uma sugestão, uma solicitação à douta Comissão Executiva desta Casa de Leis, olhando sem falso messianismo para os funcionários desta Casa, que, diante da sanção governamental ao projeto já publicado, de autoria deste Poder Legislativo para proceder a reorganização administrativa, entendemos deveras oportuna, e, deveras oportuno solicitar à douta Comissão Executiva e ao Srs. Líderes das duas bancadas, da nossa bancada da ARENA e da bancada combativa do MDB, para que apressem a reorganização, a reestruturação do problema dos funcionários deste Poder Legislativo funcionários que, em que pese toda a atenção da Comissão Executiva, em que pese toda a dedicação, todo o carinho dos responsáveis pela Direção desta Casa, estão apreensivos porque boatos surgem em todas as oportunidades.

Queremos, neste instante, neste dia 13 de Maio, que foi quando a Princesa Isabel, libertou os nossos irmãos da raça negra, que também os funcionários desta Casa tivessem uma chama de esperança dentro da tranquilidade e dentro da esperança que têm, na Comissão Executiva deste Poder Legislativo. Que este Poder apressasse a reestruturação, porque já é uma Lei.

É apenas um apelo que fazemos, para que esta plêiade de funcionários que trabalham diuturnamente nesta Casa, sejam também aquinhoados e consigam, dentro deste esquema de inflação, fazer face às suas despesas.

Este é o apelo que fazemos à Comissão Executiva e às duas Lideranças das bancadas, para que estudem, com a máxima brevidade possível porque, vejam, Srs. Deputados, veja Sr. Presidente e vejam, Srs. componentes das Mesas Diretivas desta Casa, se nós votamos lei amparando — com justiça — os Srs. Desembargadores, se nós procuramos dar aos Srs. Promotores Públicos com justa razão o que lhes é de direito, também deveremos dar aos funcionários desta Casa, que não têm um amparo há alguns anos. Portanto, neste momento, sem querer ferir melindres, fazemos este apelo, para que haja pressa, porque sabemos que os Srs. componentes da Mesa Diretiva da Comissão Executiva estão atentos a este problema, conhecemos a capacidade, o tirocínio administrativo e o coração bondoso dos Srs. componentes da Comissão Executiva, mas, é apenas um apelo — neste dia, 13 de Maio, vamos também dar liberdade aos funcionários, que de fato trabalham pelo bem-estar de nossa gente e que labutam ao lado dos Srs. Deputados, eis que, a eles pertence esta Casa se aqui estamos de passagem. Vamos marcar e pontificar a nossa passagem aqui, pelo menos para, quando formos para nossas casas, possamos ver, felizes, estes funcionários dignos e honrados que lutam diuturnamente para que esta Casa sobreviva e para que os Deputados sejam bem assessorados. Vamos dar vencimentos condignos para que não tenham a apreensão de dias negros futuros, para que os funcionários tenham o que tiveram os Desembargadores, tenham o que vão ter os Promotores Públicos.

É este, Sr. Presidente, o apelo que faço em nome dos funcionários do Legislativo do Paraná, o apelo que há de ter a cobertura e a compreensão das duas bancadas, tão bem dirigidas pelos líderes do MDB e da ARENA.

Muito obrigado, e aguardo com ansiedade que se faça justiça. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel). Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr.

Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem tivemos a oportunidade de fazer um pequeno pronunciamento nesta Casa e, ao fazê-lo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não tínhamos lido os jornais do dia, nos quais estava inserida uma notícia distribuída pela Corregedoria da Vara de Execução Criminal e pela Secretaria de Justiça, enfocando problemas dos ex-presidiários indultados em novembro último. Esta entrevista dava um percentual de 1,3 por cento de indultados que teriam incidido na prática do crime. Afirmávamos, ontem, que mais de 200 ex-presidiários indultados teriam passado pela Delegacia de Furtos e Roubos. Isto eu disse ontem, mas hoje esclareço.

Passaram pela Delegacia de Furtos e Roubos, ratifico e repito o que disse ontem, mas, segundo informações que recebemos hoje de fontes dignas de conceito, passaram apenas por uma rotina que os obrigava a ir àquela Delegacia e o Delegado daquela especializada, tomando conhecimento da situação dos ex-presidiários indultados, os encaminhava ao seu domicílio.

E esta a razão de minha vida à tribuna, para dizer que não pretendi, como não pretendo, entrar em polêmica com o Dr. Negi Calixto, que sempre mereceu e merece nosso respeito e consideração.

Se aqui voltarmos para falar em presidiários ou assuntos pertinentes ao Juiz da Vara de Execuções Criminais, nunca será com o sentido de ferir a figura do Dr. Negi Calixto.

Nós, como Deputados, temos a obrigação de defender causas que atinjam o povo.

Confirmamos o que dissemos ontem, com exceção à parte que se refere a estes 200 presos que teriam voltado para ficar na Delegacia. Voltaram, mas não por prática de novos delitos. Voltaram por uma simples questão de rotina, sendo encaminhados aos seus domicílios.

Distribuí nota à imprensa, para que não parem dúvidas, mas pela coincidência de ontem ter saído nota da Vara de Execuções Criminais e da Secretaria de Justiça e de termos feito discurso sem termos conhecimento da matéria publicada nos jornais. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet). Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No último dia 10 do corrente mês interrompeu-se a linha aérea regular entre Curitiba e Londrina, ligação esta suspensa em decorrência de ter sido destinada à aviação de 3º nível.

Cumpr-me esclarecer que antes de passar à classificação mencionada e de ter sido atribuída à VARIG, tal linha vinha sendo explorada pela TRANSBRASIL, que nela utilizou diversos tipos de aeronaves, como o "Dart Herald", e mais recentemente, o "Bandeirante".

Com a reformulação havida, a TRANSBRASIL retirou da linha seus aviões, deixando a Capital do Estado sem ligação aérea regular com Londrina, fato que está gerando reclamações de toda a sorte.

Na verdade Londrina é hoje conhecida nacionalmente pela pujança de sua economia e pelo desenvolvimento da região que a cerca.

Sua população de 320 mil habitantes, é maior que a de várias capitais brasileiras, servidas pela aviação de primeiro nível. Além do mais, dista cerca de 350 quilômetros de Curitiba, e é centro de uma região que compreende mais de um milhão de habitantes.

Poder-se-ia aduzir, Sr. Presidente, que a TRANSBRASIL, continua operando nas linhas Londrina-São Paulo e São Paulo a Curitiba, com aparelhos "One Eleven" e, ao que consta se mostra disposta, desde que autorizada, a restabelecer a ligação Londrina-Curitiba, aproveitando este tipo de aviões.

Caso, no entanto, tal hipótese seja inviável, de acordo com as normas e critérios desse órgão, a mesma oportunidade poderia ser proporcionada a outra empresa, desde que se utilize o mesmo equipamento.

É portanto, Sr. Presidente, ensejo para manifestar o interesse e o empenho não só desta Casa, mas de resto, do próprio Governo do Estado que em expediente já se dirigiu ao Tenente Brigadeiro Silvio Gomes Pires, Diretor do Departamento de Aviação Civil, no sentido de que haja empenho em que o assunto seja reexaminado, tendo em vista que os naturais prejuízos que a mudança trouxe para a economia do Estado do Paraná.

Assim como a repercussão negativa junto à opinião pública paranaense. Desejo, Sr. Presidente, neste instante, requerer, à Mesa, e convido o Plenário, nos termos do Regimento Interno, seja enviado um telex ao Sr. Tenente Brigadeiro Silvio Gomes Pires, Diretor do Departamento de Aviação Civil, do Ministério da Aeronáutica, nos seguintes termos:

"A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, formula V. Senhoria, apelo no sentido ser determinado restabelecimento linha aérea regular Curitiba-Londrina. Suspensão esse meio comunicação ocasionou sérios transtornos, reclamações população inconformada. Londrina cidade polo região norte mais de milhão de habitantes não pode prescindir rápida comunicação capital Estado distância 350 quilômetros. Esta Casa confia novo exame assunto trará solução manutenção linha suspensa, atendimento altos interesses Estado.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1976.

As. Ivo Thomazoni".

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet). Concedo a palavra, no pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Lúcio Machado. — (Pausa). — Tendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo, quinto orador inscrito.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Não houve, no dia de ontem, a aprovação de nenhum requerimento pedindo a intervenção na Federação Paranaense de Futebol. O documento do Deputado Valter Pietrângelo, nesse sentido, foi retirado antes de qualquer discussão e votação, atendendo a pedido da liderança da sua bancada. Tratava-se de uma iniciativa estritamente pessoal, de que a bancada do MDB não tomou conhecimento prévio. Por isso não representou e não representa a opinião da Oposição nesta Assembléia.

Compreendemos as apreensões do Deputado Valter Pietrângelo, instado pelas emoções dos torcedores de sua cidade de Maringá, que se sentem prejudicados. Entretanto, essas apreensões não podem atingir a pessoa digna do presidente EPIRIDÍÃO FERES' que com sua participação tem honrado o nosso Partido.

Sabemos que o Sr. Epiridíão Feres um homem bem intencionado que, na Presidência da Federação Paranaense de Futebol, herdou uma estrutura viciosa e viciada. Faz pouco tempo que ele ali está. Não pode, por isso, ser responsabilizado por um legado de erros e irregularidades, que hoje procura corrigir.

Cumpr-nos ponderar que a retirada do requerimento deveu-se à compreensão do Deputado Valter Pietrângelo ao esclarecido sobre situações crônicas do futebol paranaense e que não foram criadas pelo atual presidente da Federação. Todavia, essa atitude não implica em insensibilidade da bancada do MDB com relação às arbitragens no campeonato paranaense. Colocaremos os nossos esforços ao lado dos esforços do presidente da Federação, que sabemos estar empenhado em estabelecer disciplina mais segura para os árbitros do futebol paranaense.

Eis porque proclamamos que o presidente Epiridíão Feres tem um voto de confiança da bancada do MDB na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Jacomet).— Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, sexto orador inscrito. (Pausa).

Tendo declinado o nobre Deputado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria, sétimo orador inscrito.

O SR. ENÉAS FARIA.— Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Casa já não desconhece que fatos estranhos, e até incompreensíveis, passaram a gerar, por incidência também pouco aceita o processo de número 30/76, que tramita na Casa, passaram a gerar aflições e intranquilidade à nobre classe do Ministério Público Paranaense.

Angústia, intranquilidade e aflição que se apresentam como reais, deixam também antever que alguma coisa está a faltar no contexto político de nosso Estado, capaz de assegurar um procedimento normal no relacionamento entre os Poderes constituídos nesta terra.

Inesperadamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, desaba sobre a bancada do MDB em geral, sobre este parlamentar em particular, por ter sido autor de uma emenda, o estigma de culpa pelo que estaria ocorrendo.

É preciso, mesmo que rapidamente para que as coisas fiquem definidas e esclarecidas, é preciso que, mesmo rapidamente, se historie o caminhar desse projeto nesta Casa em todos os seus lances.

Aqui chegando recebeu, esse processo, parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Nessa reunião entendeu aquela Comissão de entranhar no bojo do processo emenda de minha autoria, sem, entretanto, deliberar sobre ela.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a emenda permaneceu junto ao processo, tramitou por todas as demais comissões, todos os Srs. Deputados, que participam das comissões permanentes da Casa, conheceram do teor e do objetivo.

Veio o processo, finalmente, à deliberação deste Plenário. Entendeu a Mesa de receber a emenda e a recebeu efetivamente. Por maioria de votos, configurada pelo apoio da bancada do MDB e pela solidariedade do Deputado Mattos Leão, foi a emenda aprovada em 1ª e 2ª discussão. Portanto, tornando-se matéria aprovada pela Casa e esgotando-se, a partir dali, qualquer outro procedimento que esta Casa pudesse votar.

Em momento algum, Srs. Deputados, quem quer que seja aqui nesta Casa ou em qualquer lugar, ousou levantar-se contra a tese que defendíamos, a da equivalência do Ministério Público com a Magistratura de nosso Estado. Bem pelo contrário, tantas e tantas vozes se manifestaram de apoio à tese, tantas e tantas personalidades, inclusive aqui mesmo nesta Casa, se fizeram ouvir endossando a tese; tantos e tantos correram sobre o mérito de que era revestido.

Foi assim aureolada que a emenda colheu a aprovação. A partir daí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, num procedimento que me parece daninho ao conceito desta Casa e afrontoso ao nosso Regimento Interno, é que as coisas começaram a ter um desenrolar diferente.

Foi uma omissão que já não mais se pode aceitar.

Surgiu nesta Casa, trazido por todos os cantos, surgiu nesta Casa a voz palaciana de que o Sr. Governador não acataria a decisão da Assembléia, não sancionaria o projeto; vetaria-o na parte emendada pela Assembléia Legislativa. E para dar foros de dignidade à intenção anunciada pelo Governador do Estado, se anuncia também que S. Exa. se coloca na posição de magistrado, que não permitiria qualquer arranhão, qualquer afronta, qualquer risco, por menor que fosse à Constituição de nosso Estado. E mais do que ninguém, seria o primeiro a lutar e a defender a integridade da Lei Maior do Paraná.

Tenho para mim, Srs. Deputados, que a decisão, ou a vontade, ou o anúncio feito da pré-decisão, tem duas razões; uma aparente e outra real.

A real, de ordem política: não quer o Sr. Governador dar condições de vicejar, de vigorar uma iniciativa nascida da lavra da

oposição, a uma iniciativa consolidada pela força, pelo trabalho e pelo voto da oposição. Esta é a razão real, que efetivamente existe.

A razão aparente, Srs. Deputados, é a inconstitucionalidade de que estaria revestida a emenda. Continuo a entender e a defender, porque a mim e a qualquer dos Srs. Deputados, não é justo, não é defeso desconhecer que há efetivamente vício de origem na iniciativa. E onde se organiza esse vício? Na afronta que efetivamente existe ao dispositivo, que não permite a iniciativa ao parlamentar, de qualquer atitude legislativa que implique num aumento de despesa.

Tenho para mim, também, que a situação excepcional em que vive o País e que gerou tantos e tantos dispositivos, iniciativas mais arrojadas, acopladas às nossas Constituições, essa situação é a responsável pela existência de momentos como esse. Mas, em verdade, a emenda proposta e aprovada, colide com esse dispositivo. Apenas entendemos que sendo a afronta, no que respeita a aumento de despesa, a inconstitucionalidade estaria sanada a partir do momento da sanção, porque a sancionando, o Executivo proclamaria a capacidade de absorver o aumento de despesa proposto.

Há nesse sentido decisão proclamada pelo Supremo Tribunal Federal.

Há quem diga também, que há decisão contrária do mesmo Tribunal.

Há quem diga que existe polémica da mais alta corte de justiça do país com relação a este Caso. Mas, mesmo assim, e por assim entendermos, por vir a consagrar uma tese justa e meritória valeria à pena se entender pela maneira de saneamento pela sanção.

Então, está proclamada a razão aparente. De um lado se me afigura como real a posição de não dar guarida a uma atitude oposicionista e até mesmo me parece que haja precedente, para se acreditar nessa decisão governamental porque a mão que anda brandindo cheques em favor de campanha política, para entregar somente a Prefeitos do partido oposicionista, numa afronta até mesmo ao civismo de nossa gente, porque a mão que assina documentos pedindo perseguição a humildes funcionários públicos, porque se filiam ao partido oposicionista, porque a mão que se omite e não adota atitude alguma quando funcionários humildes são perseguidos por subalternos do governo, essa mão não teria a coragem cívica e moral de adotar uma atitude desta ordem.

Mas vejamos, Senhores, onde fica a razão legal que fundamentaria a vontade governamental prevista. Quanto à lei, não aceitaria o Sr. Governador, a afronta à Constituição nem mesmo que pudesse ele, num procedimento, ao longo do procedimento, saná-la mas, este mesmo Governador que assim procede, este mesmo Governador que assim anuncia, este mesmo Governador que se dispõe na trincheira da luta a favor da defesa da Constituição, é o mesmo Governador que não se peja em mandar a esta Casa, num procedimento normal e legal que aqui está, para pedir que esta Casa, por solicitação sua, fira, violente a Constituição do Estado, e de maneira irreparável, e de maneira insanável.

Age, o Sr. Governador, com dois pesos e duas medidas; não aceita a medida desta Casa mesmo que possa saná-la, por ter origem inconstitucional mas, pede, sentença para que esta Casa descumpra e afronte a Constituição.

Há poucos dias, Senhores, o processo Projeto de Lei nº 107/75 tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça. No seu artigo primeiro, estabelece o seguinte, o projeto que é oriundo de Mensagem Governamental:

“Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer, por decreto, o percentual das taxas de segurança e de saúde pública, que constituem receitas do Fundo de Reequipamentos do Departamento de Trânsito - FUNRESTRAN - criado pela Lei 6264 de 10 de janeiro de 1972; do Fundo de Reequipamento da Polícia Civil - FUNRESPOL - criado pela Lei 6102 de 27 de maio de

1970, e, do Fundo Especial de Reequipamento Médico-Sanitário FUNRESAN - criado pela Lei 6361 de 21 de dezembro de 1972".

A Comissão de Comissão e Justiça, acolhendo um longo, entusiástico e brilhante parecer do relator, por unanimidade de votos rejeitou o pedido inconstitucional do Governador.

Se me permite a Casa e até mesmo para que esta matéria já fique de conhecimento geral, passarei a ler o tópico do parecer que se refere a este aspecto:

(Lê o tópico do parecer).

"Esta proposta governamental, verdadeiramente consubstancia uma delegação legislativa de ordem tributária, pois o pedido visa autorizar o Poder Executivo a estabelecer percentual de taxas, através de decreto. Antes de mais nada, convém fixar desde logo que, as taxas, ao lado dos impostos e da contribuição, de maioria constituem em espécie de que é gênero, o tributo Código Tributário Nacional.

Assim, por definição legal, a taxa é tributo. A Constituição Federal estabelece no artigo 153, parágrafo 29, o denominado princípio da legalidade tributária, expresso da seguinte forma:

"Nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei que o houver instituído ou aumentado esteja em vigor antes do início do exercício financeiro etc.

É a primeira parte do preceito.

"Nenhum tributo seja exigido ou aumentado sem que a Lei o estabeleça, que contém o princípio da legalidade tributária; quanto à segunda parte, estamos diante da chamada segurança tributária, que, no momento, não interessa ao exame do pedido de autorização do Governador, para mediante decreto, fixar o percentual de taxas".

O Sr. Ivo Thomazoni - V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Deputado Enéas, quer me parecer, que está havendo um lamentável equívoco, em que pese a reconhecer no relator desta matéria, a maior bagagem de conhecimentos jurídicos.

O que pretende o Governo do Estado, eminente Deputado, não é obter deste Poder, autorização para por decreto, aumentar as taxas devidas ao FUNRESPOL, ao FUNRESTRAN, e ao FUNRESAN.

Quer me parecer, eminente Deputado, que o que preconiza o artigo primeiro do ante-projeto de lei encaminhado por Mensagem Governamental a esta Casa, é que se atribua ao Governador do Estado, competência para aplicar os percentuais desta arrecadação, veja eminente Deputado, como a coisa é diferente.

Não se pretende alterar, aumentar ou diminuir as taxas devidas de acordo com o que preceitua a lei que criou o FUNRESPOL, o FUNRESTRAN e o FUNRESAN. O que se pretende, é que se defira ao Governador do Estado, a competência de juntamente com a introdução destes recursos, porque verifica V. Exa. que na Lei estão contidos percentuais que devem ser aplicados em despesas de capital e percentuais, que devam ser aplicados, em despesas de custeio.

Ocorre eminente Deputado, que poderemos ter depositado recursos destes fundos específicos para aplicação de despesas de capital.

No entanto, temos carência de recursos para fazer face às despesas correntes.

Para exemplificar; admitindo-se que um destes fundos preconiza que 50 por cento deles seja destinado a investimento de capital, construções, aquisição de equipamentos etc. Este 50 por cento para despesas de custeio.

Hoje, nós temos falta de recursos para a manutenção dos serviços com despesas de custeio, e temos sobra de recursos para o investimento de capital.

Quer me parecer portanto, que está havendo um lamentável equívoco.

O Governador, não pretende autorização, delegação deste Poder para por decreto aumentar, diminuir, enfim alterar as taxas.

Isso é atribuição e competência deste Poder.

O que pretende S. Exa., é ter a condição de disciplinar, agilizando a administração, fundos daqueles recursos, daquele fundo, para as despesas que mais imediatamente interessem na agilização daquele setor de administração pública. Era o aparte que cabia esclarecer a V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. ENÉAS FARIA — A Mensagem do Governo, fere duplamente a Constituição do Estado, queira ou não V. Exa.

Primeiro, porque solicita uma delegação de poderes, em matéria de competência exclusiva, deste Poder.

Segundo, porque pretende fixar a título de percentual, de alíquotas, seja o que for, tributo por decreto. Não importa, Deputado Ivo Thomazoni, o sofisma que haja engendrado o Governo do Estado para justificar a afronta constitucional que pretende.

A verdade é que está consubstanciado.

Tem o aparte o Sr. Deputado Accioly Neto.

O Sr. Accioly Neto — V. Exa, permite um aparte?

(Assentimento)

Nobre Deputado, a intervenção do eminente líder Ivo Thomazoni, realmente ficou evidenciada por ser um equívoco, mas um equívoco - data vênica - do ilustre representante de Pato Branco. Não foi mru, mas é dele.

A redação que é dada ao projeto de iniciativa do Governo do Estado é exatamente esta: Fixação do percentual das taxas do FUNRESPOL, do FUNRESTRAN e do Fundo de Reequipamento Médico-Sanitário.

Ora, o que se quer entregar ao império do Governo do Estado é a fixação do percentual.

O i posto, a taxa, assim como a própria contribuição de melhorias são representados, não pelas expressões "taxa, imposto ou contribuição de melhoria", mas pela expressão numérica que carregam em termos de percentual.

Pouco importa se o imposto é X ou Y.

O que se leva em conta é o percentual sobre o qual incide no contribuinte.

Por isso se criou, na Constituição Federal principalmente, este princípio de legalidade tributária para evitar que o Estado tenha a possibilidade de fixar, de acordo com seu interesse, o percentual que bem entender de taxa, de contribuição de melhoria ou de imposto.

Então me parece que há um equívoco em face do que afirma o líder do Governo. Ele pede alguma coisa, mas o que pediu foi de forma errada.

Então a redação não devia ser esta.

Em segundo lugar, quando trata de despesas correntes, desconhece ele que no próprio projeto o Governador pede a revogação de um dispositivo que ele próprio, Governador, tacha de inconstitucional, porque vincula as despesas do Fundo às despesas correntes. Creio que o ilustre representante do Sudoeste do Paraná está equivocado.

O SR. ENÉAS FAIRA — Foi V. Exa., nobre Deputado, o relator da matéria que a Comissão acolheu por unanimidade de votos.

É de seu parecer, e vou ler, mais um trecho:

"Evidencia-se no mencionado art. 1.º, do projeto, a existência de duas situações flagrantemente inconstitucionais.

A primeira diz respeito à fixação de percentual de taxa, que é tributo, por decreto, o que não se admite em face da exigência de lei ordinária, elaborada pelo Legislativo, e nesse sentido são taxativos os estudiosos.

A segunda concerne à delegação legislativa, também pretendida pelo Governador.

Todavia, a Constituição Federal vigente, no que é secun-

dada pela Estadual, não tolera indiscriminadamente a delegação do poder de legislar ao Chefe do Poder Executivo”.

Finalizando, diz o parecer: “Não pode, destarte, ser acolhido o artigo 1.º, do Projeto, pela sua inelutável inconstitucionalidade, manifestada pela infringência do Art. 153, § 29, da Constituição Federal e Art. 27, § 1.º, da Constituição do Estado”.

Senhores, isto revela uma situação de fato. De um lado, uma posição da Assembléia Legislativa, que se tem o vício constitucional de origem pode ser sanado pela sanção governamental.

De outro lado, o mesmo Governador invoca as razões de defensor da Constituição, e é o mesmo Governador que não se peja de solicitar a esta Casa que se afronte duplamente a Constituição, num mesmo pedido e na mesma matéria.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Enéas Faria, em primeiro lugar, quero louvar a garra e a obstinação de V. Exa. em defender emenda de sua autoria, que V. Exa. considera justa, e teoricamente eu também considero.

O SR. ENÉAS FARIA — Interrompo o aparte de V. Exa. para dizer que há garra e obstinação na defesa de uma tese altamente meritória, de uma reivindicação proclamadamente justa e já muito antiga e merece, tem merecido e mereceu, desta Casa, e de todos, aplausos e reverências por ter sido tomada em defesa dela.

Devolvo o aparte a V. Exa.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. apenas confirma o entendimento que tenho de sua atuação, o entendimento que sei reconhecer na sua inteligência.

Mas, queria fazer um adendo ao pronunciamento de V. Exa., no sentido de tentar demonstrar que, na realidade, a sua emenda, não contém apenas um erro de origem.

Na realidade, a sua emenda poderia se denominar de emenda olímpica, porque ela dá um salto tríplice, um salto sobre três artigos da Constituição.

A emenda de V. Exa., por lei ordinária contraria uma lei complementar.

Segundo, porque ela estaria pretendendo legislar sobre funcionário público.

Terceiro, porque ela aumenta despesa.

Também discordo de V. Exa. que a sanção sanaria o vício.

Lamentavelmente, nobre Deputado, não é esse o entendimento, senão unânime, pelo menos, de uma maioria, por considerá-lo inconstitucional.

De maneira que a sanção do Sr. Governador não validaria, como lei, a emenda, em hipótese nenhuma.

Não quero entrar no mérito subjetivo que o Sr. Governador estaria disposto a vetar a emenda, em razão da mesma ter nascido nos quadros da Oposição.

Esse é um problema subjetivo, e confesso, não tenho conhecimento.

Mas, estou convencido e convicto que, lamentavelmente, porque também entendo como justa e correta a sua emenda, essa emenda jamais prosperará. E, inclusive, irá criar uma situação de insegurança, porque qualquer do povo poderia, através de ação popular, ou de outro expediente judicial, ir, posteriormente, tentar anulá-la.

E, evidentemente, com grande possibilidade de êxito, em razão da inconstitucionalidade já referida.

O que, evidentemente, não desmerece o esforço de V. Exa. E sou o primeiro, o mais entusiasmado em reconhecer suas grandes virtudes de parlamentar, sempre disposto a de-

fender suas teses, que, acredito, sempre nobres e edificantes.

O SR. ENÉAS FARIA — Agradeço, eminente Deputado Luiz Roberto Soares, ninguém mais do que nós; tributamos a V. Exa. o reconhecimento a suas altas qualidades de homem estudioso, de homem qualificado e capaz.

Apenas entendo que, no caso, V. Exa. procura ser, ou é, a tangente mais próxima, na análise que pretendo fazer a respeito dos vícios jurídicos que possam encerrar a emenda.

Também, eminente Deputado, tenho para mim que esse aspecto, em relação à emenda, de constitucionalidade, tenho para mim que está encerrado.

Esta Casa teve momento próprio para discutir a questão, tenho para mim estar esgotado, lamentavelmente, o debate a respeito desse assunto.

Até mesmo porque já conhecia a posição de V. Exa., por ter sido relator da emenda e parecer que ofereceu oralmente aqui neste plenário.

Respeito a posição de V. Exa., apenas creio que, a não ser por amor à discussão, pudéssemos continuar a debater a questão.

Fora disso, ela não mais poderia contribuir para aperfeiçoar ou melhorar o encaminhamento da questão.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há uma verdade da qual não se pode fugir: a Casa aprovou essa matéria, e aprovou entendendo, até dando corpo materializando uma idéia e uma tese que a todos se apresentou como justa e meritória.

Porque vinha de encontro às aspirações mais salutares, mais legítimas, mais autênticas de uma das classes que mais contribui para a justiça e para a vida melhor da comunidade paranaense.

Apenas, Sr. Presidente, e agora um pedido especial à Mesa. Já não podemos mais calar diante da indiferença da Mesa com respeito a essa matéria.

Escoa-se o tempo e nós não vemos o assunto vir à baila neste plenário; escoar-se o tempo, se afronta o Regimento, se desconhece, se marginaliza nossa lei interna e a matéria não vem à Ordem do Dia para ganhar sua última atitude legislativa.

Já há 48 horas, parece-me, está esgotado o prazo regimental para que a Mesa colocasse na Ordem do Dia a Redação Final do Projeto 30/76. Venho hoje, Sr. Presidente, não só apelar, não só rememorar, não só cobrar da Mesa, para que, de incontinenti, cumpra o Regimento Interno, anunciando para a Ordem do Dia a Redação Final desta matéria.

Tenho a certeza que a Mesa, alertada para a gravidade do assunto, assim procederá.

Não importa mais neste momento cogitar se a Assembléia andou bem ou mal; não importa mais neste instante se obrou com a lei ou fora da lei a Assembléia Legislativa; não importa e longe de nós estarmos a nos preocupar com a figura do veto, que é prerrogativa governamental.

Sancionar ou vetar a matéria, é prerrogativa da alçada do Sr. Governador. Haverá ele de agir como bem entender, mas precisa e é necessário que haja a Assembléia dentro de suas prerrogativas e suas necessidades.

Srs. Deputados, com o requerimento que faço, com o apelo que dirijo à Mesa, encerro minha presença na tribuna, não sem antes proclamar aqui que essa matéria, se alguma virtude possa ter, serviu para levantar dois aspectos importantes: o primeiro deles, gerar o debate a respeito de uma situação de fato, que existe e que precisa e que deve ser corrigida, pra trazer para o seio desta Casa uma reivindicação, um anseio meritório e justo, e também para proclamar que este governo, que jamais conheceu o respaldo do povo, saiba que nesta Casa o povo, também, tem seu Partido configurado na bancada da Oposição.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet) Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 29 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Antes porém, esta Presidência comunica ao Sr. Deputado Enéas Faria, que levará seu apelo ao Presidente efetivo da Casa, com relação à matéria discutida da tribuna.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — (Pela ordem) Sr. Presidente, pedia a fineza de V. Exa. autorizar a chamada nominal, porquanto parece que não há quorum para a votação dos projetos constantes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet) O Sr. 1º Secretário irá fazer a chamada nominal dos Srs. Deputados, solicitada pelo Sr. Deputado Domicio Scaramella.

— (É feita a chamada nominal).

Responderam a chamada 31 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão e votação das matérias constantes da Ordem do Dia.

3a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 15/76, de autoria do Deputado Accioly Neto, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Os Mensageiros da Paz, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

2a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 12/76, de autoria do Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que declara de utilidade pública a Congregação das Irmãs Missionárias do Santo Nome de Maria, com sede no município de Maringá. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 41/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 75/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o Município de Nova Londrina, objetivando construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO 41/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo Aditivo de Convênio celebrado em 07 de janeiro de 1976, pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o Município de Nova Londrina, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Nilso Sguarezi, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER À PROPOSIÇÃO 75/76

Acompanhado de Mensagem Governamental 17/76, de 27

de janeiro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo Aditivo de Convênio celebrado em 07 de janeiro de 1976, pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o Município de Nova Londrina, objetivando a construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município.

Cumprido o Sr. Governador desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Nilso Sguarezi, Relator.

1a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 13/76, de autoria do Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Incentivo ao Desenvolvimento Social da Comunidade de Maringá. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI 13/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública, a “ASSOCIAÇÃO DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA COMUNIDADE DE MARINGÁ, com sede na cidade de Maringá, Paraná.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1976.

a) **GABRIEL SAMPAIO**

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Incentivo ao Desenvolvimento Social da Comunidade de Maringá, vem desde o ano de 1974, desenvolvendo e realizando importante e profícuo trabalho de atendimento às classes menos favorecidas pela sorte, daquela região.

Entidade fundada com caráter educativo e promocial, tem cumprido com a mais absoluta fidelidade com os princípios que nortearam sua criação.

É, portanto, merecedora da declaração de utilidade pública, pois, enquadra-se perfeitamente dentro dos preceitos exigidos pela Lei, para a obtenção de tal denominação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI 13/76

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Luiz Gabriel Sampaio, visa declarar de utilidade pública a “Associação de Incentivo ao Desenvolvimento Social da Comunidade de Maringá”, com sede naquela cidade.

De análise do processo, bem como da documentação e justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, se encontra dentro dos requisitos essenciais exigidos pela Legislação Federal e Estadual reguladora da matéria.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo faleci-

mento da Sra. Juracy Silva, genitora do ex-Deputado e ex-Senador Amaury Silva e de Elcy Silva Batista, funcionária deste Poder. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra Juracy de Oliveira e Silva. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando seja arquivado o Projeto de Lei 54/76, de autoria do signatário, tendo em vista que já tramita por esta Casa o projeto de lei 20/76, com o mesmo propósito. — Em discussão.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) Sr. Presidente, durante a leitura do expediente, apenas foi lida a súmula. Gostaria-mos, Sr. Presidente, para melhor nos informarmos, de conhecer melhor o texto do requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel) O Sr. 2º Secretário procederá a leitura do requerimento.

— (É procedida a leitura)

Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni constante do expediente, solicitando seja enviado telex ao Sr. Diretor do Departamento de Aviação Civil, do Ministério da Aeronáutica, em forma de apelo, no sentido de que seja determinado o restabelecimento da linha aérea regular Curitiba - Londrina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário do Interior e Presidente da TELEPAR, no sentido de que se proceda o estudo da ampliação e implantação de rede telefônica em diversos municípios. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que, na sua próxima visita a São João do Triunfo, o faça através da estrada Palmeira - São João do Triunfo. — Em discussão. Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requero a verificação de quorum, pelo que me parece não há número suficiente para votação.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel) Deferido.

O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

— (É feita a chamada)

Responderam a chamada nominal 30 Srs. Deputados. Há quorum para votação.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Lineu Turra. **Rejeitado.**

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel) Deferido. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram se levantar. 11 Srs. Deputados aprovam.

Os que rejeitam, queiram se levantar. 14 srs. Deputados

rejeitam.

Não há “quorum” para votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito que novamente seja constatada a existência de quorum para votação.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel) Pela terceira vez a Mesa procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados, mas chama a atenção dos Srs. Deputados, pois se responderem a chamada e não votarem, não receberão o “jeton”.

— (é procedida a chamada).

Responderam a chamada 29 Srs Deputados. Há quorum para votação.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra. — **Rejeitado.**

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel) A Mesa defere. Será feita a verificação de votação.

— (É feita a verificação de votação).

16 Srs. Deputados rejeitam, 12 aprovam. — **Rejeitado o requerimento**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, no sentido de que determine seja efetuada uma operação concentrada, em Santa Felicidade, reparando e consertando diversas ruas. — Em discussão.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) Sr. Presidente, este requerimento ontem, ficou em discussão. Quero requerer à Mesa, uma vez que não há súmula, que se dê conhecimento aos Srs. Deputados do texto do mesmo, para termos condições de votar.

O SR. ALFREDO GULIN — (Pela ordem) Sr. Presidente, quero dar conhecimento à Casa que não é regimental a súmula dos requerimentos encaminhados pelos Srs. Deputados. Assim, acredito que a censura do Presidente não tem viabilidade.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel) Respondendo a questão de ordem, esta Presidência anuncia que já é tradição e que a Mesa chamou a atenção de V. Exa. e de todos os Srs. Deputados.

O Sr. 2º Secretário procederá a leitura do requerimento.

— (É lido o requerimento).

Procedida a leitura do requerimento, a pedido, do Deputado Enéas Faria, continua em discussão o requerimento.

O SR. ALFREDO GULIN — (Para discutir) Sr. Presidente, esse requerimento tem por base realmente que é necessário o atendimento naquela área. Não sei o motivo da gozação, mas na verdade esta Casa aprovou há dias requerimento apresentado pelo Presidente desta Casa, pedindo ao Prefeito de Curitiba que fechasse determinadas ruas no fim de semana para que se praticassem esportes em tais vias e o requerimento foi aprovado.

E se algum Deputado quiser contestar a realidade dessas ruas a que me referi, podem ir ver que há necessidade desse atendimento. Por isso, quero deixar aqui a solicitação que esse

requerimento seja aprovado e encaminhado ao Prefeito, para que sejam tomadas as providências necessárias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet) Continua em discussão o requerimento.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Para discutir) Em que pese, Sr. Presidente, no meu entender, ser competência da Câmara Municipal apresentar sugestões ao Sr. Prefeito desta natureza, e uma vez que, no meu entender o Partido do Sr. Alfredo Gulin tem a maioria absoluta nesta Casa, acredito, como já disse, ser da competência do Legislativo Municipal, pergunto à Mesa se acompanha o requerimento do Deputado Alfredo Gulin um croquis para que o Sr. Prefeito Municipal, que esteve algum tempo afastado de Curitiba, saiba onde se encontram estas ruas.

O SR. ALFREDO GULIN — (Pela ordem) Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer ao Sr. Deputado Adalberto Daros, que talvez, ele não conheça bem o Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, o qual tivemos a felicidade, contra sua vontade, de elegê-lo Prefeito de nossa cidade. Apesar do Sr. Prefeito ter estado fora de Curitiba, ele conhece perfeitamente a cidade. Apesar de não se encontrar anexo o croquis, tenho certeza que será atendida a solicitação que estamos encaminhando ao Sr. Prefeito Municipal.

Além do mais há outra coisa. Chamo a atenção do nobre Deputado que parece que o Regimento Interno exige que o Deputado se apresente nesta Casa e neste Plenário com gravata para discutir assunto desta gravidade.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Pela ordem) Sr. Presidente . . .

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet) A mesa antes de conceder a palavra, pela ordem, solicita ao nobre Deputado que cite o número do Regimento Interno.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, se não me falha a memória, é o artigo 197.

Queria dizer ao Deputado Alfredo Gulin, que o Regimento Interno não fala nada a respeito, mas a educação manda que o Deputado deve falar em pé e não sentado, como de sua primeira alocução.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet) Continua em discussão o requerimento.

O SR. ENÉAS FARIA — (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pedi a palavra para discutir o requerimento e, antes de o fazer, quero fazer um apelo ao Deputado Adalberto Daros, no sentido de que vote favoravelmente o requerimento do Sr. Deputado Alfredo Gulin, porque consagra duas coisas realmente importantes e que devem merecer a nossa maior e melhor atenção.

O fato do Prefeito conhecer ou não Curitiba não deve nos preocupar. Mesmo S. Exa., longamente afastado de nossa Capital, deve, quem sabe, num curso intensivo, ter melhorado o seu conhecimento a respeito de Curitiba.

Mas o que importa é o requerimento. Digo que consagra dois fatos importantes. O primeiro deles, é o que dá condições de se tratar, sem nenhum constrangimento, a questão na maneira hierarquicamente colocada pelo Deputado Alfredo Gulin.

O Prefeito de Curitiba, em razão da esdrúxula legislação que o colocou no Poder, está, efetivamente, subordinado ao Poder Público Estadual, conseqüentemente a esta Assembléia Legislativa. Portanto, deve S. Exa. merecer e receber as considerações, os réclamos e os agulhamentos por parte de qualquer

Deputado.

S. Exa. tem razão quando assim age, quando coloca o Sr. Prefeito de Curitiba na posição em que devemos colocá-lo, abaixo desta Casa, abaixo do Poder Legislativo, e que isto se torne, daqui para a frente, praxe a ser atendida, praxe a ser assegurada, praxe a ser exercida pelos Deputados com assento nesta Casa; em segundo lugar, porque quer o Deputado Alfredo Gulin, trazer alguns benefícios para principalmente a gente humilde e sofredora de um bairro distante, de Curitiba. Quero dizer que S. Exa. neste aspecto, só tem um pouco que penetrar na realidade que estamos vivendo, solicitando a atenção do Prefeito Municipal, para toda a cidade de Curitiba, eis que Curitiba é uma cidade abandonada, Curitiba é uma cidade que não em sua Prefeitura uma planificação, vemos um Prefeito que é eminentemente eleitoreiro, um Prefeito que aciona a máquina prefetural, apenas para atender os menores interesses, que são exatamente aqueles que correspondem à dádiva eleitoral. Apenas esta ressalva, faço ao requerimento, isto é, de que S. Exa. o Sr. Prefeito Municipal deveria abarcar toda a cidade.

O SR. ALFREDO GULIN — (Pela ordem) Nobre Deputado, quero lembrá-lo de que o Prefeito Municipal de Curitiba, quando assumiu a Prefeitura de Curitiba, ele realmente assumiu, sobrecarregado de compromissos, de dívidas a serem sanadas, com o equipamento à cidade a ser legislada, arrebitado. Realmente o Prefeito não poderia, de pronto, quando assumiu a Prefeitura, atender aqueles bairros, como era de sua vontade e da vontade do povo de Curitiba. Mas quero dizer a V. Exa., de que hoje a Prefeitura Municipal de Curitiba está realmente fazendo operações concentradas em todos os bairros de Curitiba,

diz, Prefeito dos bairros de Curitiba, deixando-os em condições para que o povo possa viver tranquilamente. E assim como ele está fazendo estas operações em quase todos os bairros, quisemos nós lembrá-lo de que não deveria deixar no esquecimento o bairro de Santa Felicidade, que aliás é a minha terra natal, que Santa Felicidade também receba os benefícios que os demais bairros recebem e receberão. Sabemos que S. Exa. realmente pretender atender o povo da cidade de Curitiba, a fim de que o povo viva satisfeito, que possa transitar com alegria nas ruas da cidade, e cheguem sempre, às suas casas, tranquilo.

O SR. ENÉAS FARIA — Eminente Deputado, eu concordo com

V. Exa. em vários aspectos, até mesmo quando V. Exa. diz que o Prefeito anterior deixou a Prefeitura em má situação, que a endividou irreparavelmente a ponto de deixar Curitiba de chapéu na mão. Concordo com V. Exa., é V. Exa. quem o diz, embora eu esteja dizendo isto há tanto tempo, já em outro plenário, em outro parlamento. Agora mesmo, a Prefeitura acaba de conceder, pelo rolo compressor da Câmara Municipal, autorização para endividar mais ainda a cidade, com quantias volumosas e, pior que isto, sem ter uma planificação, sem um plano.

O SR. ALFREDO GULIN — Quero lembrá-lo, nobre Deputado, que o Prefeito Municipal está realmente solicitando, também endividando Curitiba, no sentido de proporcionar casas para os favelados e acredito que isto será feito, não sem plano como V. Exa. está dizendo; acredito que o fará, com plano e com o plano mesmo de entregar casas, aos favelados, para que eles possam viver mais felizes, a fim de dar realmente um outro aspecto a Curitiba e para que os favelados possam viver uma vida digna e humana.

E acredito que não o fará, dentro de um plano.

Tive a oportunidade, da tribuna desta Casa, no ano passado, de discorrer sobre o AI-5, quando eu fiz também lembrar, que o Governo Federal deveria pensar num plano que viesse colaborar com os menos favorecidos pela sorte. A fim de que

possamos dar também a eles, aos favelados, e tenham também uma condição de vida melhor, uma vida digna e humana. E isso nós podemos fazer através de uma educação melhor e mais condizente, para esta gente, estes mendigos, favelados, para que possam desfrutar de uma vida digna e humana, através de uma educação sadia. Precisamos conseguir isso para que esta gente que está realmente necessitando de ajuda, a fim de que possamos dar então aos filhos dos favelados esta educação, para quando atingirem a idade dos 18 anos, possam se integrar dentro da sociedade do povo brasileiro, e trabalhar pelo desenvolvimento e pelo progresso desta grande Nação.

Há dias disse, desta tribuna, que naquele discurso que eu havia feito no ano passado, estava congratulando-me com a iniciativa do Prefeito de Curitiba, que recebia 1 bilhão 240 milhões, para os favelados de Curitiba. A fim de criar escolas polivalentes, para educar essas crianças, que estão carentes de educação, e que mais tarde possamos ao mesmo tempo, resolver todos os problemas sociais do povo brasileiro.

E isso nós haveremos de alcançar através do progresso, do trabalho desenvolvido através desta gente que o Brasil tanto necessita. Não venham os irresponsáveis procurar perturbar a vida desta Nação, porque somente através deste trabalho, é que haveremos de alcançar a independência política e econômica deste País, e o bem estar social do povo brasileiro.

E isso nós o faremos através do nosso trabalho, queiram ou não os irresponsáveis que citou o Presidente da República, que segundo eles não têm liberdade nesta Nação. Realmente, só não existe liberdade para aqueles que ficam perturbando, atrapalhando a vida dos brasileiros.

Temos muitos exemplos aqui neste mundo. Nós vimos a Alemanha destruída em pouco tempo, sem poder se levantar, e sendo uma das principais nações, e através do que se fez isso? Se fez isso através do trabalho, não se constrói através da demagogia. Eu ouvi outro dia da tribuna o nosso amigo Luiz Carlos Zuk, falar sobre a Educação de Ponta Grossa. Seu pronunciamento foi uma crítica construtiva, formidável. Acredito que quando o Deputado do MDB também se dirigir ao Governo do Estado, neste sentido, ele terá prazer em atender. Porque a Oposição fazendo uma política construtiva, ela será válida e será considerada, e o Governo a acatará.

É isso que temos que fazer, e não é fazendo demagogia, querendo demonstrar aquilo que não é. Temos que demonstrar a verdade, e através do trabalho, da luta, haveremos de vencer. E nós haveremos de concretizar nossos objetivos, se Deus quiser. Porque aqui neste Brasil, até Deus é brasileiro.

Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. ENÉAS FARIA — Deputado Gulin, congratulo-me comigo mesmo, por ter solicitado a discussão do seu requerimento. Porque isso pode proporcionar a V. Exa. a oportunidade de produzir tão belas, profundas e significantes palavras.

Fico muito satisfeito, muito alegre, civicamente comovido por ver V. Exa. na posição em que está.

Eu até, diante do que acabo de ouvir, esperando que suas palavras se materializem em atos e posições, na sua atuação nesta Casa, que V. Exa. não arrede o pé um milímetro sequer do que acabou de dizer. Só isso, Deputado Gulin, já me deixaria satisfeito e amplamente compensado por ter feito o que fiz. Tem o aparte o Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Deputado Enéas Faria, ouvi com atenção V. Exa., como ouvi também o nobre Deputado Alfredo Gulin, que acabou de dizer que S. Exa. o Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, pretende agota, através da Câmara Municipal, mais alguns empréstimos para erradicar de vez as favelas de Curitiba.

Talvez eu deva, nobre Deputado, informar à Casa, e sei que V. Exa. já sabe, que a Câmara Municipal de Curitiba, no ano de 1968, votou uma lei que dispunha sobre a erradicação das favelas do município de Curitiba. E propunha, em determinado artigo, esta Mensagem enviada pelo então Prefeito Omar Sabbag, que os proprietários de imóveis em Curitiba, que residissem no próprio imóvel, não teriam mais a redução de 50 por cento que lhes era dada através do Código Tributário, a Lei 2909, de 1966.

Entendíamos, naquela oportunidade, que aquela redução de 50 por cento que não teriam mais os donos de imóveis que residissem no próprio daria uma importância que seria aplicada na erradicação das favelas de Curitiba.

Isto, nobre Deputado, aconteceu há sete anos. E o que se viu em Curitiba? Nada.

Em Curitiba temos 20 mil favelados da Rua Santa Catarina à BR que se dirige a São Paulo. E no Capanema, o que os Srs. vêem quando vão à Paranaguá? E nas ruas, crianças pedindo esmolas e oriundas desses locais.

Nada se fez nestes sete anos, com o benefício tirado de quem tem uma casa em Curitiba, Talvez agora o Sr. Prefeito tome conhecimento de uma realidade que acontece em Curitiba, e aplique na erradicação das favelas e não na campanha de 76, através de demagogia, como se tem visto.

Espero acreditar nas palavras do Deputado Alfredo Gulin, e se isto não for feito, cobrarei, desta tribuna, e desta Casa.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, tão somente para devolver a palavra à Mesa, e voltarei sobre o assunto.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, gostaria que se procedesse à chamada nominal para verificação da existência de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Leopoldo Jacomel A Mesa defere. O Sr. 1º Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados.

— (É feita a chamada).

Responderam a chamada 28 Srs. Deputados. Há quorum para votação.

Antes de colocar em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, esta Presidência tem a satisfação de anunciar, neste Plenário, a presença do ilustre Vereador José Antonio Ferreira, de Santo Antonio da Platina.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vejo que o eminente Deputado Alfredo Gulin preocupado como sempre esteve, com a sorte de seus representados, na Capital do Estado, dirige um apelo a S. Exa. o Sr. Prefeito Municipal, engenheiro Saul Raiz, solicitando ao Chefe do Poder Executivo, providências no sentido de melhorar as condições de trafecabilidade de algumas artérias de bairros de nossa Capital.

A atitude do eminente Deputado Alfredo Gulin deve ser elogiada pela bancada da ARENA.

Não compreendo as afirmações de ilustres Deputados do Movimento Democrático Brasileiro que pretendendo invalidar iniciativas dessa ordem, procuram, ao ensejo da discussão da matéria, assacar contra a administração de Saul Raiz, comentários que não são próprios nem dignos da ação altamente produtiva daquela administração. Vejo Curitiba, Sr. Presidente, ainda e graças a Deus, como uma das capitais que melhores condições oferecem ao seu povo, condições de habitabilidade porque vive numa cidade que sob todos os títulos merece o título de Cidade

Sorriso. Em todos os setores tem se movimentado o Sr. Prefeito Municipal, no sentido de fazer uma Curitiba grande, progressista e acolhedora. O que nos surpreende, Sr. Presidente, que o que é válido, para a bancada do MDB, segundo o deputado emedebista, não seja válido para a bancada da ARENA; não é válido que nós Deputados situacionistas, através de contatos diretos com o Prefeito, com os Srs. Vereadores e também com o Sr. Governador do Estado, reivindicuemos em favor da população, usando a Oposição do expediente da tribuna, para criticar, para solicitar e que desta tribuna saiam as notícias wue dão e tornam pública uma reivindicação, deixando grata uma população.

Entende o Deputado Gulin e entendo como ele, válida a forma de se requerer deste Plenário a ação governamental para a solução de diferentes problemas para que aquela população, que tem o eminente Deputado Gulin como seu representante, tome conhecimento, pela divulgação da imprensa sadia que S. Exa. trabalha pelo bem estar de seu eleitorado. Esse procedimento é válido e tem o endosso de nossa bancada e não deve ser contestada porque assim procede, com nosso aval, a bancada ilustre do MDB e não vemos razão para que o procedimento da ARENA seja outro, porque entendemos que, se é válido para a Oposição, também é válido para a Situação, reivindicar com o conhecimento da coletividade brasileira que povoa o Paraná.

Quero, Sr. Presidente, sem que para isso me tenha outorgado o Sr. Prefeito qualquer procuração para defendê-lo, dizer que acreditamos na administração Saul Raiz, por vê-la atuante, profícua e assim também a vê a Câmara Municipal de Vereadores, que em dias da semana que passou, por unanimidade das bancadas da ARENA e do MDB, lhe conferiu autorização para contrair empréstimo destinado a investimentos em diferentes setores da administração municipal, visando sempre o atendimento das reivindicações mais sentidas da população de Curitiba.

E é nesta administração que nós depositamos nossa esperança e nossa confiança de que Curitiba venha a continuar na senda do progresso que até hoje tem trilhado. — (Sem revisão do orador).

O SR. ENÉAS FARIA — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, não cabe neste pequeno espaço de tempo, no encaminhamento de votação, uma análise mais acurada a respeito da administração municipal de Curitiba. Prometo ao Deputado Ivo Thomazoni, trazer em outra oportunidade, mais amplos e melhores informes para que esta Casa possa debater o que é preocupação de todos nós.

Apenas, Sr. Presidente, cabem dois reparos: primeiro, que a bancada do MDB, na Câmara Municipal, ao analisar esse episódio da concessão, da autorização do empréstimo, o fez com críticas tão violentas quanto bem fundamentadas, com relação à solicitação prefetural.

Tratei essas razões para conhecimento do plenário, mas é preciso que se diga que quando um Deputado da estirpe de um Alfredo Gulin, bem sucedido e consagrado homem de altas e profundas preocupações públicas, que tem empregado seu tempo e seu trabalho nesta Casa em favor das grandes causas públicas, desce da sua condição para vir solicitar que a Assembléia endosse seu requerimento para abrir um meio metro de valeta do lado esquerdo de uma rua qualquer da cidade, é o reflexo maior de que não há uma administração.

Era tão somente, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet) Em votação — **Aprovado.**

Antes de encerrar esta sessão, a Presidência quer esclarecer um episódio ocorrido na sessão de hoje. Se o fez, fez com o intuito de que os trabalhos sejam conduzidos como devem ser. Cada Deputado no seu lugar, para que a votação não seja preju-

dicada. Nada mais havendo a tratar. . .

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. anunciasse a Ordem do Dia da próxima sessão

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet) Devo informar a V. Exa. que a Ordem do Dia para a sessão de amanhã foi anunciada na sessão de ontem.

O SR. ENÉAS FARIA — Devo então, Sr. Presidente, voltar a requerer, reiterar uma vez mais, de acordo com o Art. 106 do Regimento Interno, para que anuncie para a Ordem do Dia, o Projeto de Lei 30/76.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet) A Mesa responde a V. Exa., nobre Deputado, que não há condição regimental para anunciar o que foi solicitado por V. Exa., porque não há o interstício regimental.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) Sr. Presidente, não vejo amparo regimental, V. Exa. terá que cuidar que o interstício regimental seja obedecido, mas nada impede, diante de uma questão de ordem levantada, que V. Exa. adote a providência que o Regimento exige, e que anuncie para o momento propício a inclusão na Ordem do Dia, do processo solicitado.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet) Toda a matéria, segundo o Regimento Interno, deve ter 48 horas para ser anunciada.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, inicialmente concordo com V. Exa. quando se refere que há necessidade de interstício para anunciar uma matéria.

Mas, há outro problema de ordem regimental que fugiu ao alcance do eminente Deputado Enéas Faria, que se consulte antes a Comissão de Redação, para saber se o processo está em condições de ser incluído na Ordem do Dia.

Se estiver, Sr. Presidente, as providências poderão ser adotadas na sessão de amanhã ou de segunda-feira para a sessão imediatamente posterior, quando então, teremos o interstício regimental de 24 horas.

Antes de mais nada o cuidado para que a Comissão de Redação diga se o processo está em condições, e devolvido ao Departamento competente, de ser incluído na Ordem do Dia.

Era a questão de ordem que me cabia sugerir.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem, para discutir a Questão de Ordem do Sr. Deputado Ivo Thomazoni e em abono à questão de ordem que levantei).

O processo constitucional 30/76, se encontra afetado pelo regime de urgência aprovado por esta Casa. Foi aprovado, também, pela Casa, dispensa de publicação para a Redação final.

O artigo 106, do Regimento Interno é taxativo, Sr. Presidente: "Será concedido prazo de 48 horas a cada uma das Comissões Permanentes que devam opinar a respeito, para que profiram os seus respectivos pareceres".

é o caso em tela. — 48 horas teria a Comissão de Redação, para opinar e oferecer seu Parecer e a Redação Final para o Projeto.

Diz mais o Regimento, no item que segue:

"Expirados os prazos em apreço, será a proposição incluída na Ordem do Dia, caso sejam apreciados os pareceres das Comissões Permanentes", na falta deste parecer, a proposição figurará em pauta, na forma regimental, antes de ser incluída na Ordem do Dia".

Portanto, não cabe conflitar se a Comissão de Redação deu ou não o parecer, o que se conflita e o que se sabe é que o prazo esgotou, que o Regimento contém no seu texto, casos

como este.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, apenas para demonstrar ao eminente Deputado Enéas Faria, que não há nenhuma pretensão da bancada da ARENA, em protelar a inclusão da matéria, na Ordem do Dia, eu devo lembrar a Sua Excelência de que a ARENA votou favoravelmente a um requerimento de lavra de Sua Excelência, em que solicitou e requereu, com aprovação unânime deste plenário, a dispensa de publicação da Redação Final.

O SR. ENÉAS FARIA — Nobre Deputado, foi autoria do nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. IVO THOMAZONI — Deputado, errei somente quanto à autoria do requerimento.

O apoio que o nosso Partido deu a este requerimento, confessa, Sr. Presidente, o interesse que nós todos temos em votarmos a matéria; todavia, lembramos à Presidência de que a Comissão deveria encaminhar o processo devidamente relatado, para inclusão na Ordem do Dia. E lembramos mais: de que V. Exa. deverá, Sr. Presidente, anunciar amanhã, para segunda-feira ou terça-feira, e nós estaremos todos neste plenário, para as providências que haveremos de adotar diante da complexidade da matéria.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem).

O SR. ENÉAS FARIA — Continuo com a palavra, Sr. Presidente apenas fui interrompido pela Questão de Ordem do Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, apenas solicitaria de V. Exa. procedesse chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel). Não está havendo votação da matéria, a sessão paraticamente foi encerrada, não há razão de ser procedida chamada nominal, pela 5ª vez.

A olho vivo percebe-se que no plenário existem mais de 18 Srs. Deputados, portanto a sessão pode continuar.

Continua com a palavra, pela ordem, o Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, estranho a solicitação do Deputado Ivo Thomazoni, porque ela não vem calcada Sr. Presidente, no Regimento Interno e nem mesmo na praxe adotada por esta Assembléia Legislativa. Primeiro, porque há prazos regimentais atendidos, os prazos já se escoaram, Sr. Presidente. Tem esta Casa recebido a nossa vontade, ou em especial tem a Comissão de Redação sido contemplada com a nossa paciência para que dê o seu parecer.

Não concordo, sou contrário ao entendimento do eminente líder do Governo. Não há nada de complexo, nada de difícil na redação desta matéria. Ao que me consta, são dois artigos e um anexos. Cumpriria nem mesmo modificar a redação, tão só oferecer um simples e rápido parecer. O prazo já se esgotou, me parece há já 48 ou 24 horas.

Não vejo, Sr. Presidente, porque não possa ser anunciado. Concordo com o eminente líder da ARENA com o que me diz agora, não pode ser anunciado amanhã, por amor ao Regimento Interno, não haverá condições de se votar uma matéria sem cumprir o interstício de 24 horas. A sessão de amanhã é matinal, portanto, não haverá. Mas que se anuncie desde logo uma data fixada, o debate da discussão final deste projeto.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente. Consultaria ao eminente Deputado Enéas Faria, se ele concorda que a matéria entre na Ordem do Dia de 3ª feira, quando aqui estarão a maioria dos Srs. Deputados. Considerando-se que no início da semana, na sessão de segunda-feira, é normal que a grande maioria dos Srs. Deputados, esteja ainda retornando do interior do Estado.

O SR. ENÉAS FARIA — Indagaria a V. Exa. que deve estar com um calendário à mão, porque manuseia as datas, que dia será a próxima 3ª feira. Eu cuido de um outro problema, nobre Deputado, é que o projeto está afetado também por dispositivo constitucional dos 45 dias para a deliberação.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, eu informo.

O prazo constitucional inspiraria dia 22 do corrente mês, e na 3ª feira, dia 18 com prazo suficiente para esta Casa deliberar, para que o Deputado não tenha temor nenhum da decorrência de prazo invocado pelo Sr. Governador.

O SR. ENÉAS FARIA — Não deva também ser eu, Deputado, quem concorde, quem deve concordar é o Regimento Interno.

O SR. IVO THOMAZONI — Mas regimentalmente, V. Exa. poderá antecipar, Sr. Presidente, a inclusão na Ordem do Dia para 3ª feira, dia 18.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel). A Mesa responde as questões levantadas pelos nobres Deputados, a Mesa não tem condições de deliberar, porque em primeiro lugar não está na Comissão Executiva, e sim, na de Redação, que deverá preparar a redação final.

Não havendo interstício das 24 horas para ser anunciado na Ordem do Dia de amanhã, não há condições de inclusão na Ordem do Dia.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para sexta-feira, dia 14, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 1976

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Maurício Fruet, secretariada pelos Senhores Deputados Lúcio Machado e Leopoldo Jacomel.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Maurício Fruet, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Nelson Buffara, Quielise Crisóstomo, Trajano Bastos e Werner Wanderer ((19); achando-se ausentes os Senhores Deputados Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Alfredo Gulin, Antonio Facci, ARagão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (35).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor OSIRES STENGHEL GUIMARÃES, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, para que determine a inclusão no Plano Estadual de Pavimentação, a estrada

BR-163 trecho que liga Guaíra-Terra Roxa-Palotina-Assis Chateaubriand-Jesuíta-Iracema-Nova Aurora à BR-369 e o trecho que liga Jesuíta-Formosa a Goioerê, o que virá proporcionar um melhor desenvolvimento àquela região.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1976.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa, do artigo "Florianópolis Francisco Anater, um semeador de escolas" publicado no jornal "O Estado do Paraná" do dia 21/03/76.

Requer outrossim, seja dada ciência deste ao Sr. Arnaldo Higino Anater, como representante da família.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1976.

(a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

Os méritos do professor Florianópolis Francisco Anater estão evidenciados no artigo cuja transcrição é requerida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Valendo-me de apoio regimental e na expectativa da aquiescência do Plenário, requero a V. Exa. o encaminhamento ao Exmo. Sr. Secretário de Transportes do seguinte apelo:

Construção de uma ponte sobre o rio da Vargem em São João do Triunfo, nas imediações da sede deste município.

A consecução deste empreendimento viria conferir enorme contribuição àquele município, melhorando consideravelmente o acesso àquela cidade e também o segmento rodoviário entre São João do Triunfo e Palmeira.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1976.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Quielise Crisóstomo.

Havendo declinado da palavra o Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 19 Srs. Deputados.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, pediria a V. Exa., para que autorizasse ao Sr. Secretário a chamada nominal dos Srs. Deputados, segundo me parece, não há quorum para votação.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). A Mesa determina ao Sr. 1º Secretário, para que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Procede a chamada).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). 19 Srs. Deputados responderam a chamada, não há quorum para votação.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 24/76, que aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Formosa do Oeste, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica, na sede do referido município. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Redação Final do Projeto de Resolução nº 24/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o convênio celebrado em 07 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria

da Administração, com o município de Formosa do Oeste, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Casa Escolar José Anchieta, a Escola Isolada Estadual Visconde de Mauá, a Casa Escolar John Kennedy, a Escola Isolada Santos Dumont, o Grupo Escolar Irene Rickler, o Grupo Escolar Wadia Curi, o Grupo Escolar Getúlio Vargas, a Escola Isolada Machado de Assis e a Escola Isolada Júlia Wanderley, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1976.

(aa)

Basílio Zanusso — presidente

Lineu Turra — relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 25/76, que aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Goioerê, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o Posto de Saúde e o Ginásio Estadual Ribeiro de Campos, na sede do referido município. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Redação Final do Projeto de Resolução nº 25/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 16 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Goioerê, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Posto de Saúde e o Ginásio Estadual Ribeiro de Campos, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de maio de 1976.

(aa)

Basílio Zanusso — presidente

Lineu Turra — relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 26/76, que aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Inajá, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, na sede do referido município. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Redação Final do Projeto de Resolução nº 26/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 19 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Inajá, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de maio de 1976.

(aa)

Basílio Zanusso — presidente

Lineu Turra — relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 27/76, que aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Paraíso do Norte, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Oscar Joseph de Plácido e Silva, na sede do referido município. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Redação Final do Projeto de Resolução nº 27/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o convênio celebrado em 18 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Paraíso do Norte, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Oscar Joseph de Plácido e Silva, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de maio de 1976.

(aa) Basílio Zanusso — presidente
Lineu Turra — relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 28/76, que aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Porecatu, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Rui Barbosa, na sede do referido município. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Redação Final do Projeto de Resolução nº 28/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o convênio celebrado em 22 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Porecatu, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Rui Barbosa, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de maio de 1976.

(aa) Basílio Zanusso — presidente
Lineu Turra — relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 29/76, que aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Porto Rico, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Interventor Manoel Ribas, o Grupo Escolar Duque de Caxias e o Grupo Escolar Osvaldo Cruz, na sede do referido município. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Redação Final do Projeto de Resolução nº 29/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o convênio celebrado em 08 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Porto Rico, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Interventor Manoel Ribas, o Grupo Escolar Duque de Caxias e o Grupo Escolar Osvaldo Cruz, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de maio de 1976.

(aa) Basílio Zanusso — presidente
Lineu Turra — relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 30/76, que aprova o termo de convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Prudentópolis, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica, na sede do referido município. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Redação Final do Projeto de Resolução nº 30/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 10 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Prudentópolis objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Escola Normal Coronel José Druski, o Grupo Escolar Barão de Capanema, o Ginásio Estadual Alberto de Carvalho e a Unidade Sanitária, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de maio de 1976.

(aa) Basílio Zanusso — presidente
Lineu Turra — relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 31/76, que aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Quatro Barras, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Antonio Thomaz Bittencourt e o Grupo Escolar da Borda do Campo, na sede do referido município. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Redação Final do Projeto de Resolução nº 31/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o convênio celebrado em 02 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Quatro Barras, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Antonio Thomaz Bittencourt e o Grupo Escolar da Borda do Campo, no referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de maio de 1976.

(aa) Basílio Zanusso — presidente
Lineu Turra — relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 32/76, que aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Santa Mariana, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Engracia Zanqueta, Grupo Escolar Carmela Dutra e a Delegacia de Polícia na sede do referido município. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Redação Final do Projeto de Resolução nº 32/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o convênio celebrado em 19 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Santa Mariana, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Engracia Zanqueta, o Grupo Escolar Carmela Dutra e a Delegacia de Polícia, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de maio de 1976.

(aa) Basílio Zanusso — presidente
Lineu Turra — relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 190/75, que declara de utilidade pública a Associação de Senhoras de Rotarianos da cidade de Francisco Beltrão. Em discussão. Encerrada a discussão.

Redação Final do Projeto de Lei nº 190/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Senhoras de Rotarianos de Francisco Beltrão, com sede e foro na cidade de Francisco Beltrão.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de maio de 1976.

(aa) Basílio Zanusso — presidente
Lineu Turra — relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 01/76, autorizando reverter ao patrimônio do município de Califórnia, as datas de terras nos 5, 6, 7, 10, 11 e 12, da quadra nº 15, da planta Jardim Sant'Ana, da cidade do mesmo nome. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Redação final do Projeto de Lei nº 01/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a: mediante escritura pública de doação, fazer reverter ao patrimônio do Município de Califórnia, as datas de terras nos 5, 6, 7, 10, 11 e 12, da Quadra 15, da Planta Jardim Sant'Ana, da cidade do mesmo nome, perfazendo a área de 2.358 m² (dois mil, trezentos e cinquenta e seis metros quadrados), datas essas havidas pelo Estado do Paraná, conforme escritura pública de doação lavrada às fls. 115 e 116, do livro 21-N, do Tabelionato Adelino Candeco, de Califórnia.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de maio de 1976.

(aa) Basílio Zanusso — presidente
Lineu Turra — relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 03/76, acrescentando ao artigo 1º, da Lei nº 6593, de 15 de agosto de 1974, o inciso IV, com redação que especifica. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Redação final do Projeto de Lei nº 03/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — O artigo 1º da Lei nº 6.593, de 15 de agosto de 1974, fica acrescido do inciso IV, com a seguinte redação:
IV — TRIBUNAL DE ALÇADA

Carreira de Contador, no valor mensal de Cr\$ 1.100,00 (um mil e cem cruzeiros);

Carreira de Assistente Técnico-administrativo, no valor mensal de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros).

Parágrafo único — Aos valores contidos neste artigo aplica-se o disposto no artigo 2º, da Lei nº 6.763, de 24 de dezembro de 1975.

Art. 2º — As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta das verbas próprias do Orçamento vigente.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de maio de 1976.

(aa) Basílio Zanusso — presidente
Lineu Turra — relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 22/76, dando nova redação ao anexo II, da Lei nº 6119, de 29/06/70, que dispõe sobre o quadro próprio do Pessoal da Assembléia Legislativa do do Estado. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Redação Final do Projeto de Lei nº 22/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — O Anexo II, da Lei nº 6.119, de 29 de junho de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO II

SISTEMÁTICA DE CARGOS EM COMISSÃO

PARTE PERMANENTE

NºS DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	VENCIMENTO OU SÍMBOLO
1 (um)	Diretor Geral	Cr\$ 9.295,00
5 (cinco)	Diretores de Departamentos	Cr\$ 6.506,00
1 (um)	Diretor do Gabinete de Assistência Técnica	Cr\$ 6.506,00
1 (um)	Tesoureiro Geral	Cr\$ 6.506,00
1 (um)	Contador Geral	símbolo 1-C
1 (um)	Chefe de Gabinete da Presidência	símbolo 1-C
1 (um)	Chefe de Gabinete da Primeira Secretaria	símbolo 1-C
1 (um)	Chefe de Gabinete da Segunda Secretaria	símbolo 1-C
1 (um)	Chefe de Gabinete da Diretoria Geral	símbolo 1-C
1 (um)	Chefe do Serviço de Segurança	símbolo 2-C
1 (um)	Assessor Jurídico do Departamento de Pessoal	símbolo 2-C
1 (um)	Assessor Jurídico do Departamento de Finanças	símbolo 2-C
1 (um)	Coordenador de Auxílios Sociais	símbolo 2-C

Art. 2º — Os benefícios decorrentes desta Lei, passam a vigorar a partir de 01 de janeiro de 1976, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de maio de 1976.

(aa) Basílio Zanusso — presidente
Lineu Turra — relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 31/76, que declara de utilidade pública a Associação Comercial de Londrina, com sede em Londrina. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja construída uma ponte sobre o rio da Vargem em São João do Triunfo. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine a inclusão no Plano Estadual de Pavimentação, a estrada BR-163, trecho que liga Guaíra a diversos municípios. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo publicado no jornal "O Estado do Paraná" sob o título "Floriano Francisco Anater, um semeador de escolas". — Em discussão. — Encerrada a discussão.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). Sr. Presidente, queria que V. Exa. me informasse, quando será incluído na Ordem do Dia, o Projeto de Lei nº 30/76.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Esta Presidência informa, em resposta à Questão de Ordem, formulada pelo nobre Deputado Enéas Faria que o projeto mencionado será anunciado na sessão de segunda-feira.

O SR. ENÉAS FARIA — Agradeço, Sr. Presidente, e confio que, na segunda-feira não ter que, novamente, vir solicitar essa providência.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). A Presidência providenciará junto ao Departamento competente para que seja devidamente anunciado, na sessão de segunda-feira, o projeto ora referido pelo eminente Deputado Enéas Faria.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 17, à hora regimental, com a ordem do dia, de hoje, em fase de votação.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

Portaria nº 252/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3598, de 06 de maio de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 01/76, a funcionária CLEIDE ANGELINA MOLINARI DA SILVA, matrícula 416, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de maio de 1976.

(a) José Maria Zanardini de Camargo — diretor geral

Portaria nº 253/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3827, de 10 de maio de 1976, deste Poder

R E S O L V E:

designar, LIRIO TONETI, OTÁVIO GUERREIRO CASTELAN e HENRIQUE DA CUNHA MELLO, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestarem serviços no Gabinete da 1ª Secretaria, no período compreendido entre 01 de abril a 31 de dezembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de maio de 1976.

(a) José Maria Zanardini de Camargo — diretor geral

Portaria nº 254/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3804, de 10 de maio de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

designar, MARIA CELIA BASILIO, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado JOÃO CIONE NETO, no período compreendido entre 01 de maio a 31 de dezembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de maio de 1976.

(a) José Maria Zanardini de Camargo — diretor geral

Portaria nº 255/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3620, de 06 de maio de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, GERALDA MACEDO SALDANHA, ora à disposição deste Poder Legislativo, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, no período compreendido entre 01 de abril a 31 de dezembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de maio de 1976.

(a) José Maria Zanardini de Camargo — diretor geral

RESOLUÇÕES:

Resolução nº 12/76

DATA: 03 de maio de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Engenheiro Beltrão, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e

eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 07 de janeiro de 1976, pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Engenheiro Beltrão, objetivando a construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03/05/76.

(a) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Resolução nº 13/76

DATA: 03 de maio de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Cambira, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual, na sede do referido município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 23 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Cambira, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03/05/76.

(a) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Resolução nº 14/76

DATA: 03 de maio de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e a Fundação Instituto Agrônomo do Paraná, objetivando desenvolvimento de um Programa Especial de Pesquisa conforme específica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 23 de setembro de 1976, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e a Fundação Instituto Agrônomo do Paraná, objetivando o Desenvolvimento de um Programa Especial de Pesquisa, visando seu fortalecimento e a busca à identificação de novas técnicas de produção.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03/05/76.

(a) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Resolução nº 15/76

DATA: 03 de maio de 1976.

SÚMULA: Aprova convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado do Paraná, objetivando prosseguimento dos trabalhos ligados ao Programa de Defesa Sanitária Vegetal e ao Subprograma Erradicação do Cancro Cítrico, no Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 23 de junho de 1975, entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado do Paraná, objetivando o prosseguimento dos trabalhos ligados ao programa de Defesa Sanitária Vegetal, e ao Sub-

programa Erradicação do Câncer Cítrico, no Estado.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 03/05/76.

(a) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Resolução nº 16/76

DATA: 03 de maio de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Adrianópolis, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar Bom Jesus e Ginásio Estadual Dr. Saddock de Sá, na sede do referido município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o convênio celebrado em 29 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o Município de Adrianópolis, objetivando a execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar Bom Jesus e Ginásio Estadual Dr. Saddock de Sá, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 03/05/76.

(a) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Resolução nº 17/76

DATA: 07 de maio de 1976.

SÚMULA: Aprova termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Medianeira, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 23 de outubro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Medianeira, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Olavo Bilac, o Grupo Escolar Marechal da Costa e Silva e a Casa Escolar Padre Eduardo Micheli, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 07/05/76.

(a) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Resolução nº 18/76

DATA: 07 de maio de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Agudos do Sul, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Posto de Saúde, na sede do referido município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 19 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Agudos do Sul, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Posto de Saúde, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 07/05/76.

(a) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Resolução nº 19/76

DATA: 07 de maio de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Assaí, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual Conselheiro Carrão, na sede do referido município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 30 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Assaí, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual Conselheiro Carrão, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 07/05/76.

(a) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Resolução nº 20/76

DATA: 07 de maio de 1976.

SÚMULA: Aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Atalaia, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Humberto de Campos, na sede do referido município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 06 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Atalaia, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Humberto de Campos, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 07/05/76.

(a) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Resolução nº 21/76

DATA: 07 de maio de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Borrazópolis, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Humberto de Campos, na sede do referido município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 22 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Borrazópolis, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Humberto de Campos, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 07/05/76.

(a) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente